

# Sem **DIGNIDADE** não pode haver **IGUALDADE**

Grandes desafios estão postos para a comunidade negra neste ano de 2010. O primeiro deles será o debate eleitoral e a eleição do novo presidente da República, para o qual será fundamental a apresentação de uma agenda política ampla, clara e articulada com os demais setores da sociedade brasileira e que ao mesmo tempo viabilize a continuidade das políticas públicas vitoriosas levadas a efeito até o momento

por ZULU ARAÚJO



**P**aralelo a este movimento, que será o grande mobilizador do cenário político em 2010, o movimento negro brasileiro terá outra grande tarefa: consolidar, enquanto política de Estado, as conquistas alcançadas ao longo dos últimos 10 anos. Neste sentido, é importante ressaltar algumas dessas vitórias para avivar a nossa memória.

- ▶ O Decreto 4.887/2003, que regulamentou os procedimentos para reconhecimento e titulação das terras remanescentes de quilombos.
- ▶ A Lei 10.639, que incluiu na grade curricular do ensino fundamental a História e Cultura Africana.
- ▶ A implementação do Sistema de Cotas no Ensino superior, que permitiu o acesso de mais de 300.000 jovens afro brasileiros à universidade.
- ▶ A criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial.

Aparentemente, isto seria coisa fácil. Afinal, todos afirmam que são contra o racismo, contra a discriminação e defendem a igualdade plena entre os cidadãos brasileiros, particularmente no período eleitoral. Como a realidade que se apresenta no momento indica outra situação, creio que teremos muito trabalho e, neste sentido, o esforço não será pequeno para que consolidemos estas importantes vitórias. Aliás, esta é uma das singularidades do racismo brasileiro.



O Ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, participa de caminhada, na Esplanada dos Ministérios, em protesto contra o preconceito às religiões de origem africana

FOTO MARCELLO CASALINI/ABR

Ninguém o assume, ninguém o defende, mas ele está firme e forte há mais de 400 anos em nosso país. Senão, vejamos: Apesar de todos os resultados positivos alcançados pelas políticas públicas de igualdade racial do Governo Federal, o Decreto 4887/2003 está sendo questionado com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, no Supremo Tribunal Federal, por parte dos Democratas. A Lei de Cotas, idem, também por uma advogada Democrata e com audiência pública marcada para o mês de março. E o Estatuto da Igualdade Racial está empacado no Senado Federal nas mãos de um senador, também do partido Democrata. Além disto, uma feroz campanha dos grandes veículos de comunicação vem sendo encetada cotidianamente com o objetivo de minar e desqualificar estes avanços e facilitar o retrocesso, para o pleno exercício do patrimonialismo e dos privilégios da elite brasileira. Vejamos, por exemplo, o que está ocorrendo com o Estatuto da Igualdade Racial.



Ano passado, quando da celebração do 20 de novembro, após quase dez anos de tramitação no Congresso Nacional, todos tinham a expectativa de que finalmente o presidente Lula pudesse sancionar o Estatuto da Igualdade Racial em uma grande festa na Bahia, berço maior da negritude brasileira. Esforços gigantescos foram demandados, articulações de todas as ordens foram realizadas, negociações e recuos no texto original do senador Paulo Paim foram efetivadas, tudo, para que o texto fosse aprovado na Câmara dos Deputados. Mas, nada disso adiantou. Ao chegar ao Senado Federal, o Estatuto empacou mais uma vez. E por quê? De um lado por conta da intransigência conservadora e desrespeitosa com que o senador relator do Estatuto tratou a questão e a todos nós. Se alguém tem dúvida, leia um trecho do parecer: No Brasil, a existência de valores nacionais, comuns a todas as cores, quebra o estigma da classificação identitária maniqueísta. Encontram-se elementos da cultura africana em praticamente todos os ícones do orgulho nacional, seja na identidade que o brasileiro tenta construir, seja na imagem do País difundida no exterior, como samba, carnaval, futebol, capoeira, pagode, chorinho, mulata e molejo. Ou seja, para o senador, esses elementos já são mais do que suficientes para justificar a inexistência do racismo no Brasil e, conseqüentemente, a ausência de políticas públicas de com-

“ EM 2010, VAMOS TER QUE RETOMAR A NEGOCIAÇÃO COM A ENERGIA RENOVADA, FAZER A AUTOCRÍTICA QUE FOR NECESSÁRIA, OUVIR, NEGOCIAR E MOBILIZAR OS SETORES DIRETAMENTE INTERESSADOS: QUILOMBOLAS, JUVENTUDE NEGRA, GRUPOS CULTURAIS, INTELLECTUAIS, RELIGIOSOS DE MATRIZ AFRICANA, LIDERANÇAS POLÍTICAS DE TODAS AS MATIZES”





FOTO MARCELO CASAL/ABIABR

Os movimentos sociais Educafro e Articulação em Defesa das Cotas Raciais promovem ato público a favor das cotas raciais em frente ao Supremo Tribunal Federal



FOTO ANTONIO CRUIZ/ABR

Grupo de integrantes do Movimento dos Sem Universidade (MSU) faz protesto no Senado em defesa da aprovação do projeto que estabelece cotas para ingresso nas universidades públicas

bate ao mesmo e promoção da igualdade racial. Mas ainda, ele determina que sejam retirados de todo o texto qualquer expressão ou alusão que se refira à questão racial, sob o argumento de que raça não existe e que usar estas expressões estimulariam o conflito racial no Brasil. Convenhamos, é um pouco demais, não?

Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que houve uma forte dose de ingenuidade dos negociadores do Estatuto ao imaginar que bastava contar com a boa vontade e a sensibilidade pessoal de cada parlamentar para assegurar a sua aprovação. Não podemos confundir negociar com ajoelhar, muito menos negociação com rendição. E para não cair nesta armadilha, é necessário, sempre, estar devidamente chancelado pelos representados, neste caso, o movimento negro brasileiro. E neste sentido, a ausência dos principais

interessados no processo de negociação – a comunidade negra – foi crucial para o resultado negativo. Não foram poucos os alertas, os sinais e as preocupações com os rumos que esta negociação tomou em determinados momentos. Era cada vez mais claro que, sem uma forte mobilização política e popular que apoiasse as negociações, não teríamos êxito, o que de fato ocorreu.

Portanto, em 2010, vamos ter que retomar esta negociação com a energia renovada, com o espírito aberto, fazer a autocrítica que for necessária, ouvir, negociar e mobilizar os setores diretamente interessados: quilombolas, juventude negra, grupos culturais, intelectuais, religiosos de matriz africana, lideranças políticas de todas as matizes, enfim, todos os antirracistas, sem perder a perspectiva de que, sem dignidade, não pode haver igualdade. **RB**

\* Zulu Araújo é **Presidente da Fundação Cultural Palmares e Conselheiro da Revista RAÇA**

